

## O Triângulo de Relações entre Estados Unidos, Irã e Arábia Saudita e os desafios atuais do Oriente Médio

Izabella Ferreira Pinto de Carvalho<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente trabalho visa apresentar historicamente como a relação do Irã e da Arábia Saudita com os Estados Unidos se desenvolveu ao longo da história. Primeiramente, é apresentado o histórico das relações entre esses países e, no último tópico, reflete-se sobre os desdobramentos atuais que podem levar a uma mudança no padrão de relações entre os Estados.

**Palavras chave:** Estados Unidos. Irã. Arábia Saudita. Oriente Médio. Política Externa. Relações Internacionais.

**Abstract:** This study aims to present historically how the relationship between Iran and Saudi Arabia with the United States has been developed throughout history. First, the history of relations between these countries is presented and, in the last topic, it reflects on the current developments that may lead to a change in the pattern of relations between states.

**Keywords:** United States. Iran. Saudi Arabia. Middle East. Foreign policy. International Relations.

### 1. Introdução

Os Estados Unidos se tornaram uma potência global com forte influência no Oriente Médio. Considerando a região como um espaço vital para a segurança estadunidense, os EUA diversas vezes interferiram no Oriente Médio quando seus interesses estavam em risco, moldando a balança de poder da região.

Dois países tiveram sua relação de poder modificada graças a ações estadunidenses na região: Irã e Arábia Saudita. O primeiro, era inicialmente aliado de Washington, mas se tornou um dos maiores inimigos estadunidenses após a Revolução Islâmica. A partir de então, os Estados Unidos passaram a atuar no Oriente Médio para conter a exportação da Revolução, que ameaçava os interesses estadunidenses na região.

---

<sup>1</sup> Tecnóloga em Comunicação Institucional pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Graduanda em Relações Internacionais pelo Centro Universitário Curitiba (UNICURITBA)

Assim, o Irã teve sua emergência como potência debilitada, ainda que tenha grande influência entre os xiitas. Já a Arábia Saudita era parceira dos EUA desde a criação do reino saudita e passou a ser o aliado principal de Washington no Oriente Médio após a Revolução Iraniana. Estados Unidos e Arábia Saudita passaram a atuar em conjunto para conter a influência do Irã na região, tornando o reino saudita uma das principais potências do Oriente Médio. A relação entre EUA e Arábia Saudita passa a ser baseada na troca do petróleo desse pela proteção daquele. Muitas vezes, a atuação estadunidense para com o Irã foi pautada em proteger o reino saudita e seus parceiros árabes. Nos dias atuais, o relacionamento EUA-Arábia Saudita é relevante para a análise da aproximação entre Irã e Estados Unidos.

Após anos de investimento maciço para a contenção do Irã, uma nova ameaça pode mudar novamente os padrões de relacionamento dos Estados Unidos com o Irã e a Arábia Saudita: o autodenominado Estado Islâmico. O Irã passa a ser um aliado essencial para lutar contra o grupo terrorista, enquanto a Arábia Saudita perde poder de influência sobre os EUA, que descobriu novas formas de explorar petróleo em seu território. O conflito na Síria é outro fator que influencia na mudança de relações. Torna-se possível uma reaproximação entre Washington e Teerã, sem que o descontentamento saudita influencie essa relação.

Esse trabalho busca relatar o histórico de relações entre os Estados Unidos com o Irã e a Arábia Saudita, mostrando a importância desses países para os interesses estadunidenses no Oriente Médio. Assim, será apresentado como se formou a aliança entre EUA e Arábia Saudita; a mudança no padrão de relações entre Washington e Irã, que passaram de amistosas à inimizade; e quais os desafios da atualidade para as relações entre esses países.

## **2. A aliança entre Estados Unidos e Arábia Saudita**

A Arábia Saudita é uma monarquia tribal e uma teocracia islâmica. O território saudita abarca Meca e Medina, as duas terras sagradas para os muçulmanos; e anualmente milhões de islâmicos visitam o país na peregrinação a Meca, obrigatória para aqueles que têm condições ao menos uma vez na vida. Sua aliança com o movimento religioso wahhabista<sup>2</sup>, incorporando-o às suas instituições e ideologia, é decisivo para manter a supremacia saudita na região (FUSER, 2005, p. 94). A Arábia Saudita conquistou um papel importante como potência do Oriente Médio. A descoberta do petróleo tornou o país um dos mais ricos da

região. A modernização do país é feita de forma cautelosa, a fim de não tumultuar a população radical

(KISSINGER, 2014, p. 137-140). A aliança do país com os Estados Unidos foi essencial para garantir a condição de potência da Arábia Saudita. Vejamos como começou essa relação de amizade.

A fundação do reino da Arábia Saudita foi proclamada em 1932. Conhecendo o potencial petrolífero saudita, o presidente estadunidense Franklin Delano Roosevelt estabeleceu relações diplomáticas com o reino na década de 1930 e a *Standard Oil of California* (SOCAL) recebeu a concessão para extração de petróleo no país. Os estadunidenses ajudaram a construir a infraestrutura saudita nas décadas seguintes (NETO, 2013, p. 230). A Arábia Saudita acreditava que a Grã-Bretanha poderia tentar controlar politicamente o reino e viu nos EUA uma alternativa para manter sua independência e segurança (NETO, 2013, p. 234-235).

Com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, o consumo de petróleo ultrapassou a capacidade de produção por parte dos Estados Unidos, que abasteceram as tropas aliadas na guerra. Surgiu a Teoria da Conservação, que defendia que os EUA deveriam priorizar a exploração de petróleo no exterior para preservar as reservas domésticas, as quais deveriam ser guardadas para garantir a segurança futura do país (FUSER, 2005, p. 73). Washington precisaria de um parceiro externo rico em petróleo para garantir essa política, que veio a ser a Arábia Saudita (NETO, 2013, p. 231).

---

<sup>2</sup> O Wahhabismo é uma abordagem conservadora do Islã, que começou com Muhammad Ibn Abd al-Wahhab. Ele defendia uma interpretação radical do Islã sunita, acreditava que os muçulmanos que realizavam práticas idólatras (politeísmo, veneração de túmulos de santos, misticismo e xiismo) não eram realmente muçulmanos. Ao apelar para que os árabes adotassem sua interpretação do Islã, Ibn Abd al-Wahhab se aliou a Muhammad bin Saud, líder saudita. Nos séculos XIX e XX os wahhabistas e a família Saud trabalharam para unificar os povos da Península Arábica sob uma mesma religião e autoridade política. Assim foi criado o reino da Arábia Saudita, que ainda hoje tem relações próximas com autoridades religiosas wahhabistas. A Arábia Saudita tem se esforçado para disseminar sua ideologia para os outros países árabes, o que resultou no surgimento de diversos grupos fundamentalistas, como o autodenominado Estado Islâmico (BERGER; STERN, 2015, p. 304).

Quando a concessão de extração de petróleo dada à SOCAL estava prestes a expirar, Roosevelt declarou a Arábia Saudita como vital para a segurança dos EUA e concordou em fornecer auxílio econômico ao país. Em 1944, a SOCAL e a *Texas Oil Company* (TEXACO) se uniram e fundaram a subsidiária na Arábia Saudita: *Arabian-American Company* (Aramco), essencial para as relações entre Estados Unidos e Arábia Saudita (NETO, 2013, p. 231).

Até 1942, o corpo diplomático estadunidense na Arábia Saudita era composto apenas de oficiais de níveis intermediários. Nesse ano, um oficial residente foi enviado ao país e em 1944 a Legação estadunidense na capital foi elevada à Embaixada. Os EUA também forneceram empréstimos aos sauditas como uma estratégia para estreitar as relações entre os países (NETO, 2013, p. 232-233).

A parceria entre os países foi fortalecida na Guerra Fria, em que era de interesse dos EUA conter o comunismo no Oriente Médio e de interesse saudita ter apoio estadunidense para a manutenção da família real no poder. A Arábia Saudita necessitaria da defesa dos EUA para combater a expansão do socialismo. Além do mais, a família real saudita se intitulava como guardião dos santuários sagrados do islã, Meca e Medina, sendo ideal para combater os comunistas ateus. Os Estados Unidos também pretendiam conter a influência britânica no Oriente Médio; e buscaram isso defendendo uma política de portas abertas na região. Isso era ainda mais atraente para os sauditas, que temiam a interferência política da Grã-Bretanha em seu país (NETO, 2013, p. 234-236). Em relação à percepção saudita da necessidade de parceria com os EUA, Luiz Salgado Neto afirma, a partir de interpretações dos escritos de Rachel Bronson:

Não só no final da década de 1940, mas também ao longo das décadas de 1950 e 1960, a importância da proteção norte-americana se devia à percepção do rei Ibn Saud sobre as várias ameaças que tinha ao seu entorno. Havia entre os líderes sauditas uma sensação de que o país estava cercado de inimigos, principalmente Egito e Irã; mas também havia o temor de incursões comunistas que pudessem pôr a existência da monarquia em risco. A necessidade do suporte norte-americano ditou, em grande parte, a parceria entre a Arábia Saudita e os Estados Unidos durante toda a segunda metade do século XX. Os norte-americanos permaneceram sendo os maiores fornecedores de armas para a Arábia Saudita até a década de 1980 (BRONSON, 2006, p. 34 apud NETO, 2013, p. 247).

Além desses fatores externos que ameaçavam a segurança da Arábia Saudita, a família real saudita enfrentava complicações internas, com falta de legitimidade perante os súditos; e dependia de uma débil aliança com clérigos muçulmanos e antigos chefes de clãs para se manter no poder. Uma aliança forte poderia fortalecer a monarquia (NETO, 2013, p. 234). Em agosto de 1945, o rei saudita Ibn Saud concedeu aos EUA sua primeira base militar no país. O objetivo seria proteger o país da ameaça soviética (ANDERSON, 2015, p. 77)

Compreende-se, portanto, que a Arábia Saudita via nos Estados Unidos um parceiro para manter a segurança nacional, intimidando inimigos na região e contando com a ajuda estadunidense para barrar ameaças à estrutura política interna do Estado. Já os EUA viam o reino saudita como um aliado na luta contra o comunismo e na pretensão de um mundo livre para manter relações com

Washington.

Após a Segunda Guerra, a energia barata proporcionada pela Aramco seria fundamental para garantir o Plano Marshall (Programa de Recuperação Econômica para reerguer a Europa Ocidental). Os governos da Europa Ocidental passaram a arrecadar impostos sobre o consumo de gasolina e diesel para financiar gastos públicos, o que só foi possível graças ao petróleo barato fornecido por empresas estadunidenses no Oriente Médio. Mas o rei saudita queria aumentar as receitas petrolíferas que sustentavam a vida luxuosa da monarquia, e exigiu da Aramco uma partilha dos lucros na base de 50% a 50%. O acordo foi aceito, visando garantir a posição pró-ocidental do governo saudita na Guerra Fria, e estendido para os países produtores do Golfo Pérsico (FUSER, 2005, p. 98-103). Dessa forma, Washington garantia o Oriente Médio sob sua esfera de influência e também o lucro das empresas estadunidenses na região.

De acordo com Igor Fuser (2005), os estadunidenses têm um padrão de vida culturalmente dependente do automóvel e, como consequência, demasiado gasto com petróleo. A energia das casas estadunidenses também é provida extensivamente pelo petróleo. Ainda, os Estados Unidos tem grande dificuldade de repassar preços mais altos do petróleo para sua economia doméstica. A necessidade de suprir a demanda interna levou os EUA a buscarem fornecedores no exterior e, conseqüentemente, a terem grande dependência petroleira em relação a

países do Oriente Médio, em especial a Arábia Saudita (FUSER, 2005, p. 70-71). Os Estados Unidos tornaram-se altamente dependentes do petróleo saudita ao longo dos anos, tentando diversas vezes diminuir essa dependência, sem êxito.

A questão da Palestina poderia ter sido um empecilho para as relações entre Estados Unidos e a Arábia Saudita. Para o rei saudita Ibn Saud, o conflito árabe-israelense seria inevitável, ao menos que o povo judeu fosse realocado para a Europa. Já os EUA tinham um forte lobby sionista internamente, e não podiam deixar de ouvir as vozes de seu povo a favor do Estado judeu (NETO, 2013).

Apesar das divergências em relação à questão da Palestina, os EUA sempre deixaram clara a importância da amizade com a Arábia Saudita e dispenderam esforços políticos e econômicos para manter a relação amigável dos países. Em 1945, Roosevelt garantiu ao rei Ibn Saud que os EUA não tomariam medidas hostis ao povo árabe e que consultariam árabes e judeus para decidir as questões relacionadas à Palestina. Quando Truman assumiu, reiterou os compromissos feitos por Roosevelt. Desde então, a parceria entre sauditas e estadunidenses tem sido de forte amizade, com os EUA altamente dependentes do petróleo saudita (NETO, 2013).

A Arábia Saudita percebeu que sua segurança deveria ser baseada em uma relação amistosa com o Ocidente e em sua participação na economia global. No entanto, ela não pode se afastar de seu radicalismo islâmico. Os sauditas passaram a propagar sua fé wahhabista financiando grupos e escolas no plano internacional. Porém, esse apoio ajudou a criar grupos jihadistas que ameaçam o próprio reino saudita e seus aliados, como no caso do autodenominado Estado Islâmico (KISSINGER, 2014, p. 142-143).

Os sauditas, como um Estado sunita, consideram-se ameaçados pelo Irã xiita, que propaga o anti-ocidentalismo e a derrubada de monarquias. Os Estados Unidos precisam traçar sua estratégia levando em conta essa disputa religiosa, pois uma convulsão na Arábia Saudita poderia abalar toda a região, visto que ela é a guardiã dos locais sagrados do Islã. Os EUA não podem esperar que um regime democrático seja colocado em prática no reino saudita, e devem manter as relações amistosas com o Estado para garantir a estabilidade da região (KISSINGER, 2014, p. 143-144).

### 3. A Relação Turbulenta EUA e Irã

As relações entre Estados Unidos e Irã começaram a ocorrer a partir do comércio e de missionários protestantes estadunidenses no local, quando o Estado iraniano ainda era conhecido como Pérsia. Em 1856, os EUA e a Pérsia assinaram o Tratado de Amizade e Comércio, garantindo vantagens recíprocas a ambos os contratantes. Para seduzir os EUA a estreitarem as relações com o país, a Pérsia ofereceu diversos termos econômicos favoráveis aos Estados Unidos. Em 1883, Washington enviou um ministro a Teerã e estabeleceu relações diplomáticas pela primeira vez com um país do Oriente Médio (FUSER, 2005, p. 82; POLLACK, 2004, p. 18-19).

Na época do xá Reza Kahn Pahlavi, esse ofereceu novas concessões petrolíferas às empresas estadunidenses, a fim de se aproximar dos Estados Unidos para criar um contraponto à Grã-Bretanha e à União Soviética. Em 1928, o Irã assinou um novo acordo comercial com os EUA (POLLACK, 2004, p. 29-30).

Na Segunda Guerra Mundial, Washington enviou tropas ao Irã para ajudar a carregar suplementos enviados ao exército soviético, o que foi de extrema importância estratégica para a vitória contra o Eixo. Os iranianos temiam que os britânicos e os soviéticos se mantivessem no país após a guerra. Os Estados Unidos firmaram com a União Soviética e a Grã-Bretanha o Acordo Tripartite de 1942, que garantia a independência do Irã e a retirada de todas as tropas estrangeiras até seis meses após o fim da guerra. Em 1943, EUA, URSS e Grã-Bretanha reconheceram na Declaração de Teerã, de 1943, que a guerra havia causado dificuldades econômicas para o Irã e que esse deveria receber ajuda para a promoção de seu desenvolvimento. O Acordo Tripartite foi reafirmado e os Estados Unidos contribuíram financeira e militarmente (POLLACK, 2004, p. 40-43).

Em 1945, o Estado Curdo e do Azerbaijão se tornaram autônomos com o apoio de tropas soviéticas. Os Estados Unidos esperaram a retirada das tropas soviéticas no prazo estipulado, o que não ocorreu. A URSS ainda aumentou as tropas no Irã. O presidente estadunidense Harry Truman ameaçou enviar tropas ao Irã e, em março, os soviéticos anunciaram que retirariam todas as suas tropas do país. O exército iraniano retomou então as províncias rebeldes (POLLACK, 2004, p.45-47).

Após o acordo da Aramco com a Arábia Saudita para garantir 50% dos lucros da extração do petróleo à monarquia, e a extensão do acordo aos demais países do Golfo, os iranianos iniciaram uma campanha de nacionalização do petróleo iraniano, explorado pelos britânicos. Os Estados Unidos tentaram convencer a Grã-Bretanha e a *Anglo-Iranian Oil Company* (Aioc) a aceitar a partilha de 50% dos lucros, visando garantir o Irã sob sua esfera de influência na Guerra Fria. Mas os britânicos resistiram (FUSER, 2005, p. 103-104).

Preocupados com a influência comunista no Irã, os EUA assinaram um acordo de mútua defesa em 1950, aprovaram um empréstimo milionário, iniciaram um programa de assistência militar, criaram um programa da Agência Internacional de Desenvolvimento para o Irã e apoiaram o pedido de empréstimo feito pelo país ao Banco Mundial (POLLACK, 2004, p. 55).

Os britânicos aceitaram em 1951 a divisão metade-metade. Mas os iranianos já estavam exaltados demais. O primeiro-ministro, Ali Razmara, que estava negociando a revisão da concessão, foi assassinado; o Parlamento autorizou a nacionalização da Aioc; e o opositor do xá, líder nacionalista, Mohammed Mossadegh, se tornou primeiro ministro. O xá se viu obrigado a assinar a lei de apropriação da petrolífera. Quando Mossadegh criou a estatal *National Iranian Oil Company* (Nioc), os EUA interpretaram essa situação como uma radicalização do conflito e temiam que a atitude iraniana ameaçasse os acordos petroleiros feitos com os outros países do Oriente Médio. A Grã-Bretanha promoveu um boicote mundial para impedir a comercialização do petróleo nacionalizado do Irã; e as empresas petrolíferas estadunidenses apoiaram o boicote, aumentando a produção no Iraque, Kuwait e Arábia Saudita (FUSER, 2005, p. 104-105).

Mas o governo de Dwight Eisenhower não se contentou apenas com o boicote; os EUA ainda temiam a posição de Mossadegh. O Irã pediu ajuda econômica aos EUA e para que pressionassem os britânicos em relação ao boicote. Washington recusou o pedido e orquestrou um golpe, por meio de uma cooperação entre a CIA e o serviço secreto britânico, para que militares ligados ao xá derrubassem Mossadegh. Washington persuadiu o xá a criar decretos reais para depor Mossadegh e militares do xá prenderam-no. Em 1953, a ditadura do xá foi instaurada com a ajuda de Washington, algo que seria um trauma para sempre na memória dos iranianos. A partir de então, as empresas estadunidenses passaram a explorar grande parte do petróleo do Irã (FUSER, 2005, p. 104-106; POLLACK, 2004, p. 64-71).



As reservas de petróleo que eram exploradas pela AIOC foram entregues a um consórcio, no qual as petrolíferas estadunidenses receberam 40% do total das ações. O governo do xá passou a receber 50% dos lucros e a NIOC continuou existindo. Graças à nacionalização do petróleo, o Irã aumentou suas receitas, o que permitiu que o país estabilizasse sua economia. Mas a exploração do petróleo do Irã pelas empresas estadunidenses seria outro fator que desencadearia um sentimento anti-estadunidense nos iranianos (FUSER, 2005, p. 106). Os Estados Unidos passaram a fornecer empréstimos ao xá e armamentos. O Irã se tornou um aliado dos EUA na Guerra Fria, assinando o Pacto de Bagdá para provar que era contra o comunismo (POLLACK, 2004, p. 75-76).

Buscando transformar o Irã em uma potência econômica e industrial, o xá iniciou um conjunto de reformas econômicas e sociais, conhecidas como a Revolução Branca. A Revolução focou na industrialização e urbanização do país; e resultou em desemprego nos campos e aumento do custo de vida nas cidades. A população foi contra as medidas e o clérigo que liderou os sentimentos contrários foi Ayatolla Khomeini, que considerou a Revolução Branca uma ameaça ao Islã. Em 1963, ele disse que era uma conspiração entre judeus e estadunidenses para humilhar e corromper o Irã; o que gerou uma série de manifestações de rua. Khomeini disse que o xá era contra o Islã e a existência de uma classe religiosa, o que o levou a ser preso. No dia seguinte, protestos emergiram em diversas cidades, que duraram três dias. O exército do xá massacrou centenas de pessoas e Khomeini cumpriu pena domiciliar por 6 meses. Os Estados Unidos foram culpados pela Revolução Branca e pelo lapso de mudança no Irã (POLLACK, 2004, p. 88-90).

O Parlamento aprovou um empréstimo de 200 milhões de dólares estadunidenses para que o xá comprasse armas dos EUA e uma lei que dava imunidade diplomática para os militares americanos e seus dependentes. Khomeini alegou que se os estadunidenses cometessem crimes no Irã, eles não poderiam ser presos ou julgados pelos iranianos, tudo porque o xá queria um empréstimo. Apesar de o povo concordar com Khomeini, não estava disposto a ser massacrado nas ruas como acontecera anteriormente. O clérigo foi preso e exilado. Os EUA foram culpados por humilhar o Irã e esmagar sua soberania (POLLACK, 2004, p. 93-94).

Estudantes e clérigos começaram a protestar contra Pahlavi e movimentos de guerrilhas contra o regime emergiram em todo o Irã. Segundo Pollack (2004, p. 97-99), os iranianos acreditavam que os EUA mantiveram o xá no poder, encorajaram-no a comprar

armas, pressionaram a industrialização do país, auxiliaram na opressão militar ao povo e não se preocupavam com o bem estar popular.

A Crise do Petróleo de 1973 aumentou as receitas do Irã, segundo maior exportador de petróleo do mundo. Mas a população iraniana não recebeu benefícios com o aumento dos lucros e o grande fluxo de dinheiro aumentou a inflação do país. A população interpretou que o Irã estava sofrendo com a integração no cenário mundial, a ocidentalização do país e a modernização e urbanização, que geravam desemprego. Os iranianos eram contra a secularização imposta pelo xá, que alterava a cultura do país. Ainda, havia a percepção de que o xá era apenas um fantoche estadunidense (POLLACK, 2005, p. 108-118). Diante desse contexto, surgia a vontade de mudança, que ocorreu com a Revolução Iraniana de 1979.

Aiatolá Khomeini fazia discursos contrários ao xá, que entravam contrabandeados no Irã. Em 1978, o jornal *Ettela'at* acusou Khomeini de ser responsável pelos protestos comunistas e islâmicos que estavam ocorrendo no Irã.

A publicação denegria a imagem de Khomeini, alegando que ele era estrangeiro e duvidando até mesmo de sua sexualidade. Irados, a população foi às ruas para defender Khomeini. O clérigo emergia como a figura central da Revolução Iraniana. O sentimento anti-estadunidense já era presente na sociedade iraniana devido à subjugação sentida pelo povo, o que permitiu que um dos aspectos da Revolução fosse o repúdio à presença dos Estados Unidos no Irã (POLLACK, 2005, p. 127).

Os protestos se arrastaram por todo o ano de 1978 e o xá respondia de forma cada vez mais violenta. As manifestações passassem do apoio a um clérigo no exílio para uma onda de manifestações contra o xá, que foram repreendidas com mais violência. Para tentar acabar com os protestos, o xá prometeu eleições livres e reparações aos erros do passado; mas suas promessas não eram mais suficientes para manter o regime. Em janeiro de 1979, Mohammad Reza Pahlavi deixou o Irã e, após um mês, Aiatolá Khomeini retornou do exílio. Os militares declaram-se neutros e diversas personagens da era Pahlavi foram condenados à morte (NOVELLI, 2016, p. 9-10). Em abril de 1979, foi aprovada uma nova Constituição que criava a República Islâmica do Irã. O Estado iraniano seria dirigido por uma mistura de teocracia e democracia: Khomeini se tornou o Líder Supremo vitalício e foi estabelecido que o Presidente seria eleito para um mandato de 4 anos, podendo ser reeleito uma vez (ABRAHAMIAN, 2008, p. 164-166 apud NOVELLI, 2016, p. 10).

Khomeini defendia a exportação da Revolução pelos países islâmicos, já que todos fazem parte da mesma unidade e são o povo mais oprimido. Para criar uma ordem legítima,

seria necessário derrubar todos os governos do mundo muçulmano, considerados por Khomeini ilegítimos, e substituí-los por um governo islâmico. Dessa forma, a exportação da Revolução ameaçava os governos da região. Seria preciso também lutar contra os interesses ocidentais, os Estados Unidos, as sociedades materialistas e Israel (KISSINGER, 2015, p. 156-159).

O Irã buscou trazer para sua esfera de influência a Síria (controlada por uma ditadura xiita) e o Líbano (de maioria xiita). Os dois países poderiam ser aliados na luta contra Israel. O Irã se consolidou como um defensor da causa palestina, o que atraía tanto sunitas quanto xiitas (CAIRUS, 2013).

A Arábia Saudita e outros governos árabes culpavam o Irã pelo aumento da militância xiita na região. Um grupo chamado Hezbollah al-Hejaz foi formado em 1987, com o intuito de realizar operações militares no território saudita (ULRICHSEN, 2016). Por conseguinte, esses Estados passaram a sentirem-se ameaçados pela influência interna que os iranianos tinham sobre os xiitas.

Na década de 1980, a União Soviética estava ganhando força no Golfo Pérsico, o que motivou os EUA a voltarem sua política externa para a região. A principal ameaça seria o Irã, por causa da política anti-estadunidense do governo.

Na visão estadunidense, se o Irã exportasse sua revolução aos países da região, levaria regimes hostis aos EUA a governar os recursos petrolíferos e abriria a possibilidade para o domínio soviético no Oriente Médio (ANDERSON, 2015, p. 95-96; MARSCHALL, 2003, p. 180).

Em outubro de 1979, os Estados Unidos aceitaram o Xá para tratamento de seu câncer. Os iranianos desconfiaram que os EUA pudessem repetir o golpe de 1953, e, em novembro, ocuparam a embaixada estadunidense em Teerã. O ministro do Exterior Ibrahim Yazdi e membros da comitiva de Khomeini libertaram o embaixador e os funcionários de Washington que estavam presos. Mas Khomeini apoiou o movimento e o aceitou como a vontade divina contra a nação opressora dos EUA; e os estadunidenses permaneceram como reféns por 444 dias. Isso foi visto como um ato de terrorismo pelo presidente Jimmy Carter. As relações EUA-Irã passaram a ser dominadas pelo extremismo, a desconfiança, o ódio e a violência. A Revolução Iraniana se apresentava como uma ameaça aos interesses dos Estados Unidos e era preciso contê-la (ANDERSON, 2015, p. 95-96; MARSCHALL, 2003, p.180-181).

A posição da Arábia Saudita no Islã como guardião dos locais sagrados aumentou a percepção de sua importância como um aliado do Ocidente contra a expansão soviética e iraniana. Após a Revolução Islâmica, a Arábia Saudita se tornou a principal parceira árabe dos Estados Unidos no Oriente Médio. O apoio estadunidense ao país foi essencial para que a Arábia Saudita se afirmasse como uma potência na região, assim como as receitas obtidas com o petróleo. Os sauditas passaram a exportar sua versão do Islã para outros países do Oriente Médio com a construção de mesquitas, bolsas de estudo e apoio a organizações muçulmanas. Dessa forma, a Arábia Saudita conseguiu apoio dos Estados sunitas da região e se fortaleceu como uma potência opositora ao Irã xiita (CAIRUS, 2015).

Em abril de 1980, visando acabar com a crise dos reféns, o Ocidente considerava aplicar sanções comerciais e um bloqueio naval ao Irã. O Irã ameaçou retaliar os Estados Unidos e o Ocidente se sanções econômicas impedissem o petróleo iraniano de sair do Golfo. Os EUA não queriam atacar diretamente o Irã temendo uma aproximação iraniana da URSS. Em setembro de 1980, o Iraque invadiu o Irã em busca de petróleo, iniciando uma guerra que duraria oito anos. A exportação da revolução era uma ameaça aos demais países árabes, que temiam a derrubada de seus governos; tal como a Guerra do Golfo, que podia transbordar para os vizinhos. Esses Estados se aproximaram dos EUA e expandiram relações militares e econômicas com Washington. A Arábia Saudita e os demais países árabes apoiaram o Iraque na guerra (MARSCHALL, 2003, p. 182).

Quando Khomeini buscou apoio soviético, traficantes estadunidenses começaram a contrabandear armas soviéticas para o Iraque. Washington apoiou o Iraque na Guerra, fornecendo armas e inteligência ao país. O medo de uma vitória iraniana fez com que as duas potências se afastassem do Irã e passassem a apoiar o Iraque. A URSS temia levantes muçulmanos em seus territórios, o que influenciou sua mudança de posição. Washington interrompeu a venda de armas por terceiros ao Irã. Em 1985, os EUA passaram a negociar secretamente com o Irã para que esse libertasse os reféns em troca da venda de equipamento militar. Mas, no ano seguinte, o caso das vendas de armas estadunidenses ao Irã veio a tona, o que estremeceu as relações EUA-Irã (MARSCHALL, 2003, p. 182-183).

No final da guerra, Irã e Iraque passaram a atacar navios petroleiros no Golfo Pérsico, com o objetivo de sabotar as exportações um do outro. Quando um navio estadunidense foi atingido por mísseis iraquianos, os Estados Unidos culpavam o Irã pelo ocorrido. Os petroleiros da região passaram então a usar as bandeiras das potências. A Resolução 598 do Conselho de Segurança da ONU foi aprovada em julho de 1987, e impôs um cessar-fogo imediato no conflito entre o Irã e o Iraque. Diversos confrontos militares passaram a ocorrer entre EUA e Irã, e em julho de 1988, um *airbus* iraniano levando 290 civis foi derrubado pelos Estados Unidos (que alegaram ter sido um acidente). Após a resposta suave da comunidade internacional em relação ao ocorrido, o Irã percebeu que estava isolado e aceitou a Resolução 598 do Conselho de Segurança da ONU (MARSCHALL, 2003, p. 183-185).

O regime de Khomeini sobreviveu à guerra, mas essa foi suficiente para manter a Revolução Iraniana dentro de suas fronteiras estatais por quase uma década, enfraquecendo a possibilidade da exportação da Revolução pela necessidade de luta pela sobrevivência do regime iraniano (ANDERSON, 2015, p. 95-96).

Em junho de 1989, Khomeini faleceu. Ali Khamenei, o então presidente, foi nomeado como novo Líder Supremo a partir de uma reforma constitucional; e Ali Akbar Hashemi Rafsanjani foi eleito presidente. Khamenei era um clérigo mais moderado que Khomeini, mas pela pressão entorno de sua legitimidade de governo devido à reforma constitucional, aderiu a linha mais radical, que incluía o repúdio aos Estados Unidos. Rafsanjani buscou uma postura mais branda, mas muitas vezes foi barrado pelo Líder Supremo. A política iraniana foi então marcada por certa ambiguidade, na qual o Irã buscava uma reaproximação com o Ocidente ao

mesmo tempo que apoiava grupos islâmicos, como o Hamas e o Hezbollah; e buscava desenvolver o programa nuclear iraniano (POLLACK, 2005, p. 240-259).

O Irã se esforçou para conseguir negociar uma solução para o conflito do Golfo, o que permitiu uma certa reaproximação com os EUA. O Presidente Bush prometeu ajuda financeira para reconstruir o Irã da guerra com o Iraque. As exportações dos Estados Unidos para o Irã cresceram e, em 1991, o Irã voltou a vender petróleo aos EUA. Mas o presidente do Irã atacou Washington por não descongelar bens iranianos que o xá deixara no país. Ainda, o Irã era um ferrenho opositor da paz entre Israel e Palestina, um motivo de atração para a população islâmica. Para isolar os iranianos, os EUA declararam que o Irã apoiava o terrorismo e buscavam armas de destruição em massa; e bloquearam os empréstimos de organismos internacionais ao país (MARSCHALL, 2003, p. 186-188).

Os EUA aumentaram cada vez mais sua presença militar na região, convencendo os árabes de que o Irã era uma ameaça a eles; e endureceram a pressão econômica ao Irã, criando embargos comerciais e de financiamento. As ações estadunidenses foram feitas para tentar conter a posição do Irã como uma liderança contra o Israel e para que o Irã parasse de (supostamente) apoiar grupos terroristas e de perseguir armas de destruição em massa (MARSCHALL, 2003, p.190-192).

Tendo em vista as sanções que assolavam a economia do país e a inimizade criada com os Estados Unidos, o presidente eleito em 1997, Seyed Muhammad Khatami, buscou se aproximar dos EUA e do resto do mundo. Ele clamou por diálogo, condenou o terrorismo, disse que o Irã só havia se oposto ao processo de paz no Oriente Médio por não acreditar que teria sucesso e lamentou a tomada de reféns estadunidenses no início da Revolução. O presidente iraniano queria mostrar que o Irã estava pronto para acabar com a inimizade entre os países. Khamenei atacou Washington, mas a retomada de relações era necessária para o Irã. O Presidente Clinton lamentou o afastamento dos países e disse que esperava desfrutar de boas relações com o Irã (MARSCHALL, 2003, p. 193-194).

Khatami restaurou relações com países da Europa, ofereceu intercâmbios para os EUA e cooperou com a com a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), o que reduziu a pressão sobre o programa nuclear iraniano. O Irã buscou também suavizar relações com outros países do Oriente Médio, como a Arábia Saudita (RAMAZANI, 2008, p. 9-10. In: EHTESHAMI, 2008).

Parecia que um cenário de realocação do Irã na Comunidade Internacional e uma aproximação entre os Estados Unidos e Irã estava por vir, mas os atentados de 11 de setembro de 2001 mudaram completamente essa realidade.

Após os atentados de 11 de setembro de 2001, o Irã continuou buscando uma relação mais moderada com os Estados Unidos: Khatami e Khamenei condenaram os ataques e a população fez vigílias nas ruas da capital. Ainda, o Irã apoiou a coalizão contra o Talibã no Afeganistão. Mas em janeiro de 2002, o presidente estadunidense George W. Bush incluiu o Irã no "Eixo do Mal" como um dos países que exportavam o terror e perseguiram armas de destruição em massa (NOVELLI, 2016, p. 16).

A construção da imagem do Irã como um Estado que buscava alcançar armamento nuclear contribuiu para o isolamento do Irã da Comunidade Internacional. O programa nuclear iraniano havia sido lançado na década de 1950, com o auxílio dos Estados Unidos. Em 1970, o Irã assinou o Tratado de Não Proliferação Nuclear. Um programa para a instalação de usinas nucleares e para o desenvolvimento de armas nucleares foi desenvolvido, mas após a Revolução Iraniana, o programa foi abandonado pelas empresas Ocidentais e por Khomeini. Em 1985, o Irã retomou o seu programa nuclear e, para provar que não possuía ambições bélicas, permitiu que a AIEA investigasse suas instalações nucleares. A agência constatou que não havia atividades inconsistentes com o desenvolvimento nuclear pacífico (LAZIER, 2006, p. 7).

Em 2002, opositores do regime delataram existência de duas instalações nucleares desconhecidas pela AIEA. Em 2003, a AIEA revelou a existência de um programa nuclear secreto e irregularidades nos relatórios apresentados pelo Irã, mas não havia evidências de construção de armas nucleares. Em dezembro, o Irã assinou os protocolos adicionais da AIEA, que daria à agência autoridade para inspecionar instalações e requerer relatórios. Mas a partir de então, a desconfiança estadunidense sobre o programa nuclear iraniano cresceu (LAZIER, 2006, p. 7).

A partir do descobrimento do programa nuclear secreto e das irregularidades nos relatórios, os Estados Unidos passaram a focar na contenção da ameaça nuclear iraniana no plano internacional. Em 2005, Mahmoud Ahmadinejad foi eleito presidente do Irã. Ahmadinejad seguia uma corrente mais conservadora e radical da política do Irã e condenava Khatami por manter uma postura de aproximação com o Ocidente. O presidente priorizou o relacionamento com países em desenvolvimento e adotou uma retórica agressiva anti-

ocidental, principalmente em relação aos EUA e Israel. Em 2006, o Irã parou de respeitar os protocolos adicionais da AIEA. Ahmadinejad negou o acesso da AIEA a várias instalações e dados, alegando que a agência teria acesso a informações sensíveis sobre atividades militares e mísseis convencionais (NOVELLI, 2016, p. 16-17).

O grupo P5+1 (formado por EUA, Rússia, China, Reino Unido, França e Alemanha) inicialmente reafirmou o direito do Irã de usar tecnologia nuclear para fins pacíficos desde que permitisse a supervisão internacional. No entanto, a partir de 2006, iniciaram-se aplicações de sanções do Conselho de Segurança da ONU para barrar o programa de enriquecimento nuclear iraniano (NOVELLI, 2016, p. 17).

Desde 2006, o Irã foi punido com 6 sanções do Conselho de segurança: 1696 (2006), 1737 (2006), 1741 (2007), 1803 (2008), 1835 (2008) e 1929 (2010). As resoluções requeriam a cooperação do Irã com a AIEA para que fosse verificado que seu programa nuclear era pacífico; e que os demais Estados se comprometessem com uma série de sanções que proibiam relações comerciais e econômicas com o Irã. Com a falta de cooperação do Irã, as sanções prejudicaram dramaticamente a economia iraniana, diminuindo o padrão de vida da população e o poder de compra da moeda iraniana. Alguns produtos cruciais para o Irã foram proibidos de serem comercializados, como medicamentos (FATHI, 2014 apud NOVELLI, 2016, p. 17). As consequências das sanções foram essenciais para mudar o posicionamento do Irã. Em 2013, a população iraniana elegeu o moderado Hassan Rouhani como presidente.

#### **4. Uma nova mudança no padrão de relações dos Estados Unidos Com o Irã e a Arábia Saudita.**

Após os atentados de 11 de setembro pela Al Qaeda, percebeu-se que a versão radical do Islã exportada pela Arábia Saudita não podia ser controlada e representava uma ameaça. Assim, Cairus defende que os sauditas podem não ser os melhores aliados para os Estados Unidos no Oriente Médio. Um Irã nuclear controlado pela comunidade internacional poderia servir melhor aos interesses estadunidenses na região, ao invés de uma Arábia Saudita nuclear que poderia levar essas armas para as mãos de jihadistas (CAIRUS, 2013).

A aproximação dos Estados Unidos e do Irã seria possível diante de três acontecimentos: a eleição do moderado Hassan Rouhani como presidente do Irã, em 2013; a emergência do autodenominado Estado Islâmico e a independência energética dos Estados Unidos em relação à Arábia Saudita.



Hassan Rouhani defendia uma aproximação com o Ocidente e, com o apoio do Líder Supremo, começou a negociar um acordo com o P5+1, que resultou na suspensão parcial das sanções impostas ao Irã. Em julho de 2015, o Irã e o P5+1 assinaram o Plano Global de Ação Conjunta (*Joint Comprehensive Plan of Action - JCPOA*) para limitar os avanços do programa nuclear iraniano e, com a comprovação dos compromissos firmados pela AIEA, reduzir gradativamente as sanções impostas ao país (NOVELLI, 2016, p. 17).

O acordo parece ter sido influenciado pela necessidade de cooperação com o Irã para lutar contra o autodenominado Estado Islâmico (EI), já que o país luta em terra contra o grupo terrorista, que persegue xiitas e pode incitar manifestações sunitas no Irã; e parece ser uma saída para que os EUA diminuam sua presença e responsabilidade no conflito (NOVELLI, 2016).

O Irã é vizinho do Iraque, seu aliado e onde o EI tem conquistado grande parte de seus territórios; e é um país de maioria xiita, grupo perseguido pelos terroristas. Por isso, o Irã é um possível alvo do EI. Os iranianos temem que o autodenominado Estado Islâmico inflame a minoria sunita no país, o que seria uma ameaça interna para o Irã (NOVELLI, 2016, p. 20).

Já do lado dos Estados Unidos, a elite da política externa acha que a liderança dos EUA no mundo é uma necessidade, enquanto o público em geral não tem essa convicção consolidada. "Esse compromisso depende de uma visão de seus efeitos sobre o restante do mundo e as prováveis consequências de sua ausência". (MANDELBAUM, 2002, p. 67 apud ANDERSON, 2015, p. 140). Visto que o grupo autodenominado Estado Islâmico surgiu devido à confusão deixada pelos EUA no Iraque e pela ausência de sua ação no início da guerra da Síria, Washington tem o dever moral de se envolver de alguma forma no conflito com o EI (NOVELLI, 2016, p. 20). No entanto, o trauma deixado pela Guerra ao Terror pede que as ações estadunidenses sejam muito bem calculadas, a fim de não gerar novos conflitos.

Ainda, o regime sírio de Bashar al-Assad recebe apoio (inclusive econômico) do Irã, motivo que garante em grande parte sua sobrevivência. Uma aproximação com o Irã poderia garantir uma solução diplomática para o conflito na Síria.

A emergência do autodenominado Estado Islâmico como um inimigo comum entre Estados Unidos e Irã pede que esses países se unam contra essa ameaça. Enquanto os EUA realizam ataques aéreos, o Irã intervém militarmente por terra e auxilia o exército iraquiano, seu novo aliado após a subida de um governo xiita ao poder (NOVELLI, 2016, p. 20). Para Novelli (2016),:

a realidade aparente é: o Irã necessita que o EI seja derrotado o quanto antes para reduzir as chances de uma crise interna, porém, deve procurar evitar o gasto de recursos para não ficar fragilizado frente a velhos adversários regionais, dentre os quais certamente se destaca a Arábia Saudita; simultaneamente, os EUA são impelidos a agir para tentar minimizar os danos possibilitados pelos seus desastrosos atos prévios, todavia, para de fato derrotar o EI será necessária uma intervenção de forças terrestres e, na atual conjuntura, o Irã parece ser o único Estado para quem o governo norteamericano pode transferir esse trabalho.

Portanto, a necessidade de cooperar para lutar contra um inimigo comum exige que os Estados Unidos e o Irã se aproximem, o que pode ter influenciado a criação do JCPOA. No entanto, como afirma Kissinger (2015, p. 159-160), Khamenei afirmou após o acordo que os Estados Unidos não deixarão de ser inimigos da Revolução Islâmica.

A luta contra o EI também é de interesse da Arábia Saudita, já que o grupo terrorista busca se colocar como uma potência na região e poderia substituir os sauditas em seu papel de liderança. Os sauditas patrocinaram o EI no seu nascimento, como uma forma de expandir o islamismo radical. Mas o autodenominado Estado Islâmico passou a denunciar a contradição dos sauditas entre a fé rígida e a aliança com os EUA (ZH, 2016). Assim sendo, o grupo terrorista se apresenta como uma ameaça à monarquia saudita. Apesar da ameaça, a Arábia Saudita não concordou com o acordo entre Irã e Estados Unidos.

A Arábia Saudita é a maior aliada árabe dos Estados Unidos no Oriente Médio e inimiga histórica do Irã, devido à competição pela liderança na região e pela divergência nas correntes do islamismo que cada país segue: a Arábia Saudita é Sunita e o Irã é xiita. O Irã tem apoiado diversos grupos xiitas em outros Estados, inclusive na Arábia Saudita, o que ameaça os regimes desses países. Após a derrubada de Saddam Hussein, um regime xiita subiu ao poder no país, que tornou-se aliado do Irã. A Primavera Árabe desestabilizou a região do Oriente Médio e permitiu uma corrida entre os sauditas e os iranianos para apoiar aliados de suas correntes religiosas nos países fragilizados (NOVELLI, 2016, p. 19). Assim, os dois países tem se fortalecido como potências regionais, sendo que a Arábia Saudita recebe grande apoio dos EUA. Os Estados Unidos tem apoiado a Arábia Saudita por sua dependência em relação ao petróleo do país, mas o *oil boom* estadunidense é um fator importante para mudar o relacionamento entre Estados Unidos, Arábia Saudita e Irã.

O aperfeiçoamento das tecnologias de fraturamento hidráulico e perfuração horizontal permitiu aos Estados Unidos extrair petróleo e gás de xisto e outras rochas. Os EUA puderam aumentar sua produção de petróleo de 5 (Mdb), em 2008, para 9,4 (Mdb), em 2015 (US

ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION, 2015 apud LEMOS, 2016, p. 40). Esse aumento da produção, chamado de *oil boom*, permitiu que Washington voltasse a ser, em 2015, o maior produtor mundial (apesar de Rússia e Arábia Saudita possuírem reservas de petróleo maiores que as dos EUA, esses países não exploram toda a sua capacidade de produção). De acordo com Lemos, (2016, p. 46), segundo estimativas da AIE, em 10 ou 15 anos os Estados Unidos podem alcançar a independência petrolífera. Com tal independência, principalmente em relação ao Oriente Médio, os EUA podem mudar sua forma de agir na região, o que amedronta os países que dependem da exportação do petróleo para garantir o estado de bem estar social a sua população (LEMOS, 2016).

A Arábia Saudita, com as maiores reservas de petróleo conhecidas no mundo, tem historicamente usado sua capacidade produtiva para determinar o preço do petróleo de acordo com seus interesses. Com o aumento da produção estadunidense, os sauditas podem perder a capacidade de controlar os preços do mercado petrolífero de acordo com sua vontade, visto que Washington pode derrubar o preço dos barris contra a vontade da Arábia Saudita; e podem perder o apoio estadunidense nas questões de seu interesse no Oriente Médio, já que deixariam de ser um parceiro estratégico para os EUA. Para criar obstáculos ao desenvolvimento da indústria do *tight oil*, a Arábia Saudita e os países da Organização dos Países Exportadores de Petróleo baixaram os preços do petróleo, inviabilizando economicamente a exploração estadunidense (LEMOS, 2016).

No entanto, mesmo com a independência estadunidense, o Oriente Médio não deixaria de ter importância no cenário mundial, já que detém 60% das reservas de petróleo e gás natural do mundo. Vários aliados de Washington na região da Ásia-Pacífico dependem do petróleo proveniente do Oriente Médio, e são parcerias importantes para conter a influência chinesa na região. Ainda, os Estados Unidos visam diminuir a dependência energética europeia em relação à Rússia, já que 30% de todas as importações de petróleo e gás natural do continente vêm de Moscou. A Rússia depende das exportações de energia para a Europa para manter seu poder político e econômico: o país manipula o preço do gás para barganhar com os países europeus. Washington poderia garantir maior independência da Europa em relação ao gás russo construindo um gasoduto ligando o Oriente Médio ao continente. Mas tal projeto dependeria da reaproximação com um antigo inimigo dos Estados Unidos: o Irã (LEMOS, 2016).

O Irã é o segundo país com as maiores reservas de gás natural no mundo. Ainda, sua posição como vizinho da Turquia permitiria o fácil transporte de energia para a Europa. A

independência estadunidense do petróleo da Arábia Saudita possibilita uma aproximação do país com o Irã, inimigo político dos sauditas. A questão também parece ser mais importante do que as consequências que poderia gerar para as relações estadunidenses com Israel. Tendo isso em vista, Washington não se abalou com a indignação mostrada pela Arábia Saudita e Israel em relação ao acordo com o Irã sobre o programa nuclear iraniano (LEMOS, 2016).

Para a Arábia Saudita, o acordo entre Irã e o P5+1 pode normalizar as relações entre esses países e alavancar a economia iraniana, que estava em crise devido às sanções impostas ao país. Com a economia fortalecida, o Irã pode patrocinar grupos xiitas em outros Estados do Oriente Médio, o que ameaça a Arábia Saudita (ÉPOCA, 2016). De acordo com Kissinger (2004, p. 144-145), se o Irã continuar a emergir como uma potência, a Arábia Saudita terá que fortalecer sua posição para manter o equilíbrio. O autor afirma que é possível que os sauditas passem a buscar sua própria capacidade nuclear, tendo em vista o risco de o Irã alcançar a bomba nuclear. Além disso, Kissinger relata que se a Arábia Saudita considerar que os EUA estão se retirando da região, é possível que os sauditas busquem uma nova potência externa para auxiliá-los, podendo ser a China, a Índia ou mesmo a Rússia, a qual os Estados Unidos buscam afastar da região.

Interpretada como uma resposta ao acordo, a Arábia Saudita realizou a execução do clérigo xiita, Nimr Baqr al-Nimr, em janeiro de 2016. Al-Nimr era um clérigo que tornava público o sentimento da minoria xiita na Arábia Saudita e criticava a monarquia saudita. O Irã criticou o ocorrido e aiatolá Khamenei disse que os sauditas sofreriam com a vingança divina. A embaixada saudita em Teerã foi atacada e diversos protestos xiitas se iniciaram em países da região. O presidente Rouhani condenou os ataques, mas a Arábia Saudita cortou relações diplomáticas com o Irã (e seus aliados no Golfo fizeram o mesmo), dizendo que o Irã buscava desestabilizar os Estados da região. Em setembro de 2016, a Arábia Saudita proibiu a presença de iranianos na peregrinação anual à Meca. Enquanto o Líder Supremo iraniano taxou a família real saudita de infiel, os iranianos foram acusados de não serem muçulmanos, tendo em vista que os sauditas consideram que o xiismo difama o Islã (ÉPOCA, 2016; FOLHA DE SÃO PAULO, 2016; G1; 2016).

Tais reações de ambos os países mostram que a reinserção do Irã no cenário Internacional não será fácil, mesmo com o apoio do Ocidente. Os Estados Unidos precisarão ajudar a criar um resultado que seja compatível com seus interesses no Oriente Médio e garanta à Arábia Saudita e os demais Estados árabes a segurança do Oriente Médio (KISSINGER, 2014, p. 145).

## 5. Considerações Finais

A Arábia Saudita e os Estados Unidos são parceiros históricos, sendo que os EUA são altamente dependentes do petróleo saudita para manter o consumo interno e a Arábia Saudita depende da receita do petróleo para garantir o bem estar de sua população e do apoio estadunidense para se manter como uma potência do Oriente Médio. Essa relação de dependência fez com que os dois países se apoiassem em diversos episódios, buscando manter uma relação amistosa.

No início do relacionamento iraniano-estadunidense, o Irã se encontrava no centro da estratégia estadunidense para o Oriente Médio. O Irã era o principal parceiro dos EUA na região, fornecia petróleo para Washington e foi de suma importância na Segunda Guerra Mundial. Após a Revolução Islâmica de 1979, o Irã adotou uma retórica anti-estadunidense e buscava exportar sua revolução para os demais países da região. A exportação da revolução ameaçaria os interesses estadunidenses no Oriente Médio e os regimes já estabelecidos, principalmente a Arábia Saudita, de quem os EUA tinham grande dependência petrolífera. Os Estados Unidos não podiam permitir que regimes hostis emergissem na região com uma retórica anti-estadunidense. Assim, a Guerra entre Irã e Iraque foi extremamente importante para manter o Irã ocupado e impedir que a revolução se expandisse para os outros países. Os Estados Unidos, apesar de terem vendido armas ao Irã, ficaram claramente do lado do Iraque, o que impediu que o Irã vencesse o conflito.

O programa nuclear iraniano passou a ser um ponto central para que o Irã fosse colocado como uma ameaça aos EUA e aos países da região. Os Estados Unidos convenceram os países do Oriente Médio de que eles precisavam da ajuda estadunidense contra a ameaça iraniana, e aumentaram expressivamente sua presença militar na região. A posse de armas nucleares pelo Irã ameaçava o monopólio israelense e a Arábia Saudita. Então, Washington passou a agir na comunidade internacional para pressionar o Irã com sanções.

As sanções sufocaram a economia iraniana e, em 2013, a eleição de um presidente iraniano moderado fez com que o Irã buscasse se aproximar da comunidade internacional. O interesse iraniano convergiu com os interesses estadunidenses a partir da emergência do autodenominado Estado Islâmico, uma consequência da invasão ao Iraque. Os Estados Unidos precisariam conter a ameaça terrorista na região, mas não poderiam fazer isso de forma maciça, devido ao trauma deixado pela Guerra ao Terror. O Irã pareceu ser um aliado

essencial na luta com o EI, podendo agir por terra enquanto os EUA agiriam de forma aérea. Ainda, o Irã tem grande influência política sobre a Síria e o Iraque, e pode ser uma mão diplomática importante para solucionar os conflitos que assolam esses países. Para que houvesse uma cooperação entre Irã e Estados Unidos, seria necessário a sua aproximação, que ocorreu com o Plano Global de Ação Conjunta. A dependência estadunidense da Arábia Saudita poderia atrapalhar uma aproximação com o Irã, mas o *oil boom* pode ter impedido que o descontentamento saudita interferisse nessa reconciliação.

Com o acordo entre Estados Unidos e Irã, a Arábia Saudita passou a atuar para tentar dificultar a reinserção iraniana no cenário internacional, mobilizando aliados árabes a se voltarem contra o Irã.

Os desafios estadunidenses para o Oriente Médio agora serão para barrar a expansão do autodenominado Estado Islâmico; formular uma solução conjunta e, se possível, diplomática para o conflito na Síria; e para permitir a reinserção do Irã no cenário internacional de forma favorável aos interesses dos Estados Unidos, que incluem o impedimento da posse de armas de destruição em massa pelo Irã e a sua colaboração para o plano de transportar gás do Oriente Médio para a Europa. Ainda, será necessário dialogar diplomaticamente com Arábia Saudita e Irã para que uma nova Guerra Fria não seja instaurada na região.

**BIBLIOGRAFIA**

ABRAHAMIAN, Ervand. *Iran Between Two Revolutions*. Princeton: Princeton University Press, 1982. NOVELLI, Douglas Henrique. A solução iraniana: as relações entre Estados Unidos e Irã em face da atual agenda norte-americana para o oriente médio. **Revista Litteris**, n. 17, Junho de 2016. Disponível em: <[http://media.wix.com/ugd/3d3c16\\_1d25548b4e6b48929a405d151aed08f9.pdf](http://media.wix.com/ugd/3d3c16_1d25548b4e6b48929a405d151aed08f9.pdf)> Acesso em: 12 out 2016.

ANDERSON, Perry. **A política externa norte-americana e seus teóricos**. Tradução de Georges Kormikiaris. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

BRONSON, Rachel. *Thicker than oil: American's uneasy partnership with Saudi Arabia*. **Oxford University Press**, Nova York, 2006 apud NETO, Luiz Salgado. As relações Estados Unidos-Arábia Saudita e a Questão da Palestina (1945-1948). **Revista Eletrônica da ANPHLAC**, 2013. Disponível em: <<file:///C:/Users/ASUS/Downloads/1433-4190-2-PB.pdf>> Acesso em: 19 ago 2016.

CAIRUS, Jose Tufy. *Arábia Saudita e Irã: a outra guerra no Oriente Médio*. **Oriente Mídia**, 2015. Disponível em: <<http://www.orientemidia.org/arabia-saudita-e-ira-a-outra-guerra-no-orientemidia.org/>> Acesso em: 25 out 2016.

ÉPOCA. *A Guerra Fria entre Arábia Saudita e Irã*. 2016. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/tempo/noticia/2016/01/guerra-fria-entre-arabia-saudita-e-ira.html>> Acesso em: 25 out 2016.

FATHI, Nazila. *The Rouhani Paradox*. *Foreign Policy*. 2014. Disponível em: <<http://foreignpolicy.com/2014/06/13/the-rouhani-paradox/>>. Acesso em: 09 de novembro de 2015. NOVELLI, Douglas Henrique. A solução iraniana: as relações entre Estados Unidos e Irã em face da atual agenda norte-americana para o oriente médio. **Revista Litteris**, n. 17, Junho de 2016. Disponível em: <[http://media.wix.com/ugd/3d3c16\\_1d25548b4e6b48929a405d151aed08f9.pdf](http://media.wix.com/ugd/3d3c16_1d25548b4e6b48929a405d151aed08f9.pdf)> Acesso em: 12 out 2016.

FOLHA DE SÃO PAULO. *Arábia Saudita rompe relação com Irã após críticas por execução de clérigo*. 2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2016/01/1725418-arabia-saudita-rompe-relacao-com-ira-apos-criticas-por-execucao-de-clerigo.shtml>> Acesso em: 25 out 2016.

FUSER, Igor. **O petróleo e o envolvimento militar dos Estados Unidos no Golfo Pérsico (1945-2003)**. 330f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais), Universidade Estadual de São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2005. Disponível em: <[http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/96295/fuser\\_i\\_me\\_mar.pdf?sequence=1](http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/96295/fuser_i_me_mar.pdf?sequence=1)> Acesso em: 22 set 2016.

G1. Meca entra na luta de poder entre Irã e Arábia Saudita. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/09/meca-entra-na-luta-de-poder-entre-ira-e-arabia-saudita.html>> Acesso em: 25 out 2016.

KISSINGER, Henry. **Ordem Mundial**. Tradução de Cláudio Figueiredo. 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

LAZIER, Tiago Cerqueira. **Política Externa estadunidense: os programas nucleares da Argentina, Brasil e Irã**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2006. Disponível em: <[http://portal.pucminas.br//imagedb/conjuntura/CNO\\_ARQ\\_NOTIC20061011110920.pdf](http://portal.pucminas.br//imagedb/conjuntura/CNO_ARQ_NOTIC20061011110920.pdf)> Acesso em: 25 out 2016.

LEMOS, José Késsio Floro. **A geopolítica do petróleo: as relações entre os Estados Unidos e o Golfo Pérsico de 1945 até o presente**. 53f. Monografia (Graduação) - Curso de Relações Internacionais, Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa: 2016. Disponível em: <<http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/123456789/10315>> Acesso em: 14 out 2016.

MANDELBAUM, Michael. The Inadequacy of American Power. **Foreign Affairs**, p. 67, set.-out. 2002 apud ANDERSON, Perry. **A política externa norte-americana e seus teóricos**. Tradução de Georges Kormikiaris. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

MARSCHALL, Christin. **Iran's Persian Gulf Policy: From Khomeini to Kathami**. Londres e Nova York: RoutledgeCurzon, 2003.

NETO, Luiz Salgado. As relações Estados Unidos-Arábia Saudita e a Questão da Palestina (1945-1948). **Revista Eletrônica da ANPHLAC**, 2013. Disponível em: <<file:///C:/Users/ASUS/Downloads/1433-4190-2-PB.pdf>> Acesso em: 19 ago 2016.



NOVELLI, Douglas Henrique. A solução iraniana: as relações entre Estados Unidos e Irã em face da atual agenda norte-americana para o oriente médio. **Revista Litteris**, n. 17, Junho de 2016. Disponível em:

<[http://media.wix.com/ugd/3d3c16\\_1d25548b4e6b48929a405d151aed08f9.pdf](http://media.wix.com/ugd/3d3c16_1d25548b4e6b48929a405d151aed08f9.pdf)> Acesso em: 12 out 2016.

POLLACK, Kenneth M.. *The Persian Puzzle: The Conflict Between Iran and America*. Nova York: Random House Trade Paperbacks, 2005.

RAMAZANI, R. K. *Iran's Foreign Policy: Independence, Freedom and the Islamic Republic*. In: EHTESHAMI, Anoushiravan. ZWEIRI, Mahjoob. **Iran's Foreign Policy** – From Khatami to Ahmadinejad. Berkshire: Ithaca Press, 2008.

ULRICHSEN, Kristian Coates. Por que a crise entre Irã e Arábia Saudita é a mais perigosa em décadas. Brasil: **BBC**, 2016. Disponível em: <[http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/01/160104\\_analise\\_ira\\_arabia\\_1k](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/01/160104_analise_ira_arabia_1k)> Acesso em: 25 out 2016.

US ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION, 2015 apud LEMOS, José Késsio Floro. **A geopolítica do petróleo**: as relações entre os Estados Unidos e o Golfo Pérsico de 1945 até o presente. 53f. Monografia (Graduação) - Curso de Relações Internacionais, Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa: 2016. Disponível em: <<http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/123456789/10315>> Acesso em: 14 out 2016.

ZH. Arábia Saudita e Irã protagonizam mais recente capítulo de uma crise permanente no Golfo. 2016. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/proa/noticia/2016/01/arabia-saudita-e-ira-protagonizam-mais-recente-capitulo-de-uma-crise-permanente-no-golfo-4947925.html>> Acesso em: 25 out 2016.